



SENADO FEDERAL

MENSAGEM

Nº 95, de 2003

Submete à consideração do Senado Federal, o nome do Senhor CARLOS AUGUSTO AYRES DE FREITAS BRITTO, para exercer o cargo de Ministro do Supremo Tribunal Federal.

Mensagem nº 95, de 2003

Mensagem nº 165

Aprovado o
Poder 495/03-Cy,
em 28/05/2003

À Comissão de
CONST. JUSTIÇA E CIDADANIA

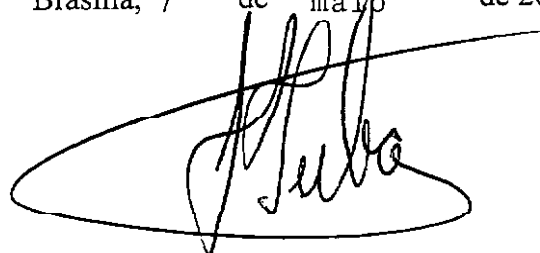
Em 08, 05, 03

Lamey

Senhores Membros do Senado Federal,

Nos termos do art. 52, inciso III, combinado com o art. 84, inciso XIV, da Constituição Federal, submeto à consideração do Senado Federal o nome do Senhor CARLOS AUGUSTO AYRES DE FREITAS BRITTO para exercer o cargo de Ministro do Supremo Tribunal Federal.

Brasília, 7 de maio de 2003.

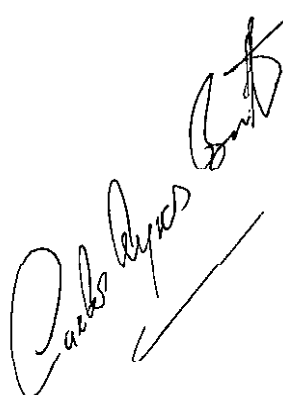


CURRICULUM VITAE

CARLOS AYRES BRITTO

Janeiro de 2003

CURRICULUM VITAE

 CARLOS AYRES BRITTO

Janeiro de 2003

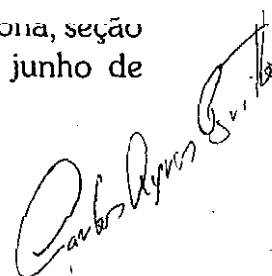
CURRICULUM VITAE

CARLOS AYRES BRITTO

1. Qualificação

Nome literário:.....Carlos Ayres Britto
Nome completo:.....Carlos Augusto Ayres de Freitas Britto
Filiação:João Fernandes de Britto e Dalva
Ayres de Freitas Britto
Estado Civil:Casado
Esposa:Rita de Cássia Pinheiro Reis de Britto
Filhos:Marcel de Castro Britto, Adriana de
Castro Britto, Adriele Pinheiro Reis
Ayres de Britto, Tainan Pinheiro Reis
Ayres de Britto e Nara Pinheiro Reis
Ayres de Britto
Residência:.....Av. Beira Mar, nº 1704, Ed. Mansão
Antônio Andrade, aptº. 902, Bairro
13 de Julho (CEP. 49.025-040),
Aracaju, Sergipe, Brasil
Carteira de identidade: .nº 99.307 (SSP/SE)
Carteira Profissional:.....nº 385, OAB (SE)
CPF:.....00372205-59
Título de eleitor:3371912135, Aracaju, 2ª. zona, seção
0178, expedido em 6 de junho de
2002

Telefone residencial(079) 231.8447
E-mail:ayresbritto@hotmail.com



2 - Cursos de formação profissional

2.1. Graduação

Bacharel em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade Federal de Sergipe (1962/1966).

2.2. Pós-graduação

2.2.1. Curso de Aperfeiçoamento em Direito Público e Privado pela Faculdade de Direito de Sergipe (1974/1975).

2.2.2. Curso de Mestrado em Direito do Estado (1981/1982) pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC).

2.2.3. Curso de Doutorado em Direito Constitucional (1998) pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

3. Magistério jurídico superior

3.1. Graduação

3.1.1. Professor de Direito Constitucional da Faculdade Tiradentes, Aracaju, anos de 1980 a 1983.

3.1.2. Professor de Direito Constitucional da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Sergipe - UFS, Aracaju, de 1973 a 1976 e de 1990 em diante.

3.1.3. Professor de Direito Administrativo da Faculdade de Direito de Sergipe - UFS, Aracaju, de 1976 a 1983.

3.1.4. Professor de Direito Constitucional (Assistente do prof. Michel Temer) da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC), Capital, durante o ano de 1981.

3.1.5. Professor de Teoria do Estado da Faculdade de Direito de Sergipe, de 1993 a 1999.

3.1.6. Professor de Ética Geral e Profissional da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Sergipe, anos de 2000 e 2001.

3.2. Pós-graduação

3.2.1. Professor de Direito Constitucional do Núcleo de Pós-Graduação do Centro de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal de Sergipe, de 1993 a 2000.

3.2.2. Professor de Direito Constitucional de cursos de mestrado da Universidade Federal do Ceará, em convênio com a Universidade Federal de Sergipe, ano de 1999.

3.2.3. Professor de Direito Constitucional de cursos de especialização da Universidade Federal de Santa Catarina, em convênio com a Ordem dos Advogados de Sergipe.

3.2.4. Professor de Direito Constitucional de cursos de especialização da Universidade Salvador (UNIFACS), a partir do ano de 1999.

3.2.5. Professor de Direito Constitucional da Escola Superior da Magistratura do Estado de Sergipe - ESMESE.

3.2.6. Professor de Direito Constitucional da Escola Superior de Advocacia de Sergipe - ESA.

3.2.7. Professor de Direito Constitucional da Fundação de Estudos Superiores do Ministério Público de Mato Grosso.

4. Atividades profissionais de nível superior

4.1. Consultor Geral do Estado de Sergipe, no período de 15.03.1975 a 15.03.1979.

4.2. Procurador Geral de Justiça de Sergipe, no período de 15.03.83 a 27.04.84.

4.3. Procurador do Tribunal de Contas do Estado de Sergipe, no período de 1978 a 1990.

4.4. Chefe do Departamento Jurídico do Conselho de Desenvolvimento Econômico do Estado de Sergipe - CONDESE, no período de 1970 a 1978.

4.5. Advogado militante, a partir de 1967.

5. Cargos de representação classista e acadêmica

5.1. Conselheiro Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), nos períodos de 1993 a 1994.

5.2. Membro da Comissão de Constituição e Justiça da OAB federal, nos períodos de 1995/1996 e 1998/1999.

5.3. Presidente do Instituto Sergipano de Estudos da Constituição - ISEC, a partir de janeiro de 2002.

5.4. Vice-presidente da Associação Brasileira de Constitucionalistas Democratas - ABDC.

5.5. Vice-presidente do Instituto Brasileiro de Direito Administrativo - IBDA, período de 1997/1998.

5.6. Membro da Comissão Editorial da Revista Trimestral de Direito Público.

5.7. Membro da Comissão Editorial da Revista "Vox Legis".

5.8. Membro da Comissão Editorial da Revista "Ciência Jurídica".

5.9. Membro do Conselho Editorial da Revista FORUM.

6. Filiação acadêmica

6.1. Sócio fundador do Instituto de Defesa das Instituições Democráticas - IDID.

6.2. Sócio fundador da Associação Brasileira de Constitucionalistas Democratas - ABDC.

6.3. Sócio fundador de Instituto Brasileiro de Direito Constitucional - IBDC.

6.4. Sócio do Instituto Brasileiro de Direito Administrativo - IBDA.

6.5. Sócio do Instituto Brasileiro de Direito Municipal - IBDA.

6.6. Sócio fundador do Instituto Sergipano de Estudos da Constituição - ISEC.

6.7. Sócio fundador do Instituto Sergipano de Direito Administrativo - ISDA.

6.8. Membro da Academia Sergipana de Letras

7. Livros e estudos publicados

7.1. Livros Jurídicos

7.1.1. Jurisprudência Administrativa e judicial em Matéria de Servidor Público (1978, Imprensa Oficial do Estado de Sergipe).

7.1.2. Interpretação e Aplicabilidade das Normas Constitucionais (1982), Editora Saraiva, em parceria com CELSO RIBEIRO BASTOS.

7.1.3. O Perfil Constitucional da Licitação (1997), Editora ZNT, Curitiba.

7.1.4. Teoria da Constituição, Editora Forense, Rio de Janeiro, no prelo.

7.2. Livros de Poesia

7.2.1. TELETEMPO, edição do autor, 1980.

7.2.2. UM LUGAR CHAMADO LUZ, edição do autor, 1984.

7.2.3. UMA QUARTA DE FARINHA, Editora ZNT, Curitiba, 1998.

7.2.4. A PELE DO AR, Gráfica e Editora J. Andrade, Aracaju, 2001.

7.2.5. VARAL DE BORBOLETRAS, Gráfica e Editora J. Andrade, Aracaju, no prelo.

7.3. Opúsculos Jurídicos

7.3.1. Revisão Constitucional: Norma de Eficácia Esvaída (1983), edição da Universidade Federal de Sergipe - UFS.

7.3.2. A Real Interpretação da Instituição Tribunal de Contas (2001), edição da Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil - ATRICON.

7.3.3. Direito Adquirido Contra as Emendas Constitucionais (1996), em parceria com VALMIR PONTES FILHO, edição da Universidade Federal de Sergipe.

7.3.4. A Lei Federal nº 9.783/99 e suas Inconstitucionalidades, 1999, edição da Associação dos Servidores Inativos e Pensionistas da Universidade Federal de Sergipe.

7.3.5. Recrutamento de Pessoal Civil no Âmbito da Administração Pública, 1974, edição do Conselho do Desenvolvimento Econômico de Sergipe - CONDESE.

7.4. Participação em coletâneas de Direito

7.4.1. Coletânea PERSPECTIVAS CONSTITUCIONAIS NOS 20 ANOS DA CONSTITUIÇÃO DE 1976, "A Reforma Constitucional e sua Intransponível Limitabilidade" pp. 77/105, Coimbra Editora, Portugal, edição de 1997.

7.4.2. Coletânea EL DERECHO PUBLICO DE FINALES DE SIGLO - Una perspectiva iberoamericana, "La Reforma Constitucional", pp. 87/106, Editorial Civitas. S.A., Espanha, ano de 1998.

7.4.3.m Coletânea PERSPECTIVAS DO DIREITO PÚBLICO, "As Cláusulas Pétreas e Sua Função de Revelar e Garantir a Identidade da Constituição", ano de 1995, Editora Del Rey.

7.4.4. Coletânea DIREITO ELEITORAL, "O Aproveitamento do Voto em Branco Para o fim de Determinação de Quociente Eleitoral: Inconstitucionalidade", ano de 1996, Editora Del Rey.

7.4.5. Coletânea DIREITO ATUAL, "A Lei Federal nº 9.783/99 e suas Inconstitucionalidades", pp. 163/205, ano de 1999, Projecto Editorial, Brasília.

7.4.6. Coletânea DIREITO DO ESTADO, NOVOS RUMOS, Tomo I, "A Constituição e o Monitoramento de suas Emendas" (pp. 45/67), ano de 2001, Editora Max Limonad.

7.4.7. Coletânea CONSTITUIÇÃO E DEMOCRACIA, "Poder Constituinte *versus* Poder Reformador", pp. 39/48, ano de 2001, Editora Max Limonad.

7.4.8. Coletânea ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, "O Regime Constitucional dos Tribunais de Contas", pp. 97/109, ano de 2002, Editora Revista dos Tribunais.

7.4.9. Coletânea DIREITO ADMINISTRATIVO E CONSTITUCIONAL, "Direito Adquirido Contra as Emendas Constitucionais", 1997, pp. 152/161, Malheiros Editores (em parceria com Valmir Pontes Filho),

7.4.10. Coletânea 10 ANOS DE CONSTITUIÇÃO - UMA ANÁLISE, "A Interpretação Constitucional e sua Necessária Especificidade", pp. 8/38, ano de 1998, Celso Bastos Editor.

7.5. Artigos Jurídicos

7.5.1. A Supremacia do Poder Executivo da União na Partilha Constitucional de Competências. Revista Vox Legis, pp. 17/25, ano de 1980.

7.5.2. Separação de Poderes na Constituição Brasileira, Revista de Direito Público, pp. 115/127, ano de 1981.

7.5.3. Os Sentidos do Vocábulo "Poder" na Constituição Brasileira. Revista Vox Legis, vol. 145, pp. 23/28, ano de 1981, e Revista de Direito Público, vol. 61, pp. 60/64, ano de 1982.

7.5.4. Distinção Entre Controle Social do Poder e Participação Popular. Revista de Direito Administrativo da FGV, Vol. 189, ano de 1992.

7.5.5. Inconstitucionalidade do Plebiscito Sobre a Pena de Morte. Revista de Direito Público, Vol. 100, RT, ano de 1991.

7.5.6. Direitos Subjetivos e Prerrogativas Constitucionais. Revista de Direito Público, Vol. 90, RT, 1990.

7.5.7. Direito de Propriedade. Revista de Direito Público, Vol. 91, RT, 1990.

7.5.8. Inidoneidade do Decreto-Lei para Instituir ou Majorar Tributo. Revista de Direito Público, vol. 74, RT, ano de 1985.

7.5.9. Desapropriação Indireta - Inconstitucionalidade (em parceria com José Sérgio Monte Alegre). Revista de Direito Público, Vol. 74, RT, ano de 1985;

7.5.10. Limitações Constitucionais ao Poder do BNH, em Matéria de Reajuste de Prestação de Casa Própria (em parceria com José Sérgio Monte Alegre). Revista de Direito Público, Vol. 68, RT, ano de 1983.

7.5.11. A Privatização das Empresas Estatais à Luz da Constituição. Revista Trimestral de Direito Público, vol. 12, pp. 125/133, ano de 1995.

7.5.12. REGIME CONSTITUCIONAL DA CORREÇÃO MONETÁRIA. Revista Trimestral de Direito Público, vol. 14, pp. 5/18, ano de 1986.

7.5.13. O Regime Constitucional dos Proventos da Aposentadoria do Servidor Público Efetivo. Revista Trimestral de Direito Público, vol. 15, pp. 130/146, ano de 1996.

8. Palestras, cursos e conferências jurídicas

8.1. No Exterior

8.1.1. Toledo (Espanha), dezembro de 1994, a convite da Fundação BBV.

8.1.2. Lisboa (Portugal), dezembro de 1994, a convite do Professor-doutor JORGE MIRANDA, diretor da Faculdade de Direito da Universidade Católica de Lisboa.

8.2. No Brasil (por amostragem, anos de 2000, 2001 e 2002)

8.2.1. Evento: 1º Congresso Brasileiro de Direito Constitucional Comparado, promovido pela IPDC e FDR. Ano: 2000. Local: Recife/PE.

8.2.2. Evento: I Seminário Baiano Pós Emenda Constitucional n. 30, promovido pelo Ministério Público do Trabalho. Ano: 2000. Local: Salvador/BA.

8.2.3. Evento: X Encontro Estadual de Gestão de Pessoas, promovido pela ABRH/SE. Data: 30 e 31 de março de 2000. Local: Aracaju/SE.

8.2.4. Evento: I Congresso Brasileiro de Direito Público, promovido pelo IDAP. Data: 26 a 28 de abril de 2000. Local: São Paulo/SP.

8.2.5. Evento: VI Semana de Cultura Jurídica. Data: 15 a 18 de maio de 2000. Local: Aracaju/SE.

8.2.6. Evento: II Jornada de Direito Material, promovida pelo Escritório Modelo Prof. Manoel Ribeiro. Data: 18 a 20 de maio de 2000. Local: Salvador/BA.

8.2.7. Evento: III Conferência Sergipana de Direito, promovida pela Universidade Tiradentes - Unit. Data: 17 a 19 de agosto de 2000. Local: Aracaju/SE.

8.2.8. Evento: VIII Congresso Estadual dos Trabalhadores em Educação da Rede Pública de Sergipe,

promovido pelo SINTESE. Data: 30/08 a 02/09 de 2000. Local: Aracaju/SE.

8.2.9. Evento: I Congresso Alagoano de Estudos Constitucionais, promovido pelo CJUR. Data: 30/08 a 02/09/2000. Local: Maceió/AL.

8.2.10. Evento: I Forum Brasil de Direito, promovido pelo JusPODIVM. Data: 2 a 4 de novembro de 2000 Local: Salvador/BA.

8.2.11. Evento: IV Congresso Sul Americano de Direito Administrativo, promovido pela IPDA. Data: 8 a 10 de novembro de 2000. Local: Foz do Iguaçu/PR.

8.2.12. Evento: II Simpósio Transnacional de Estudos Científicos, promovido pela UFS – Universidade Federal de Sergipe. Data: 29/01 a 02/02/2001 Local: Aracaju/SE.

8.2.13. Evento: Encontro Nacional de Conselheiros de Tribunais de Contas, promovido pelo Tribunal de Contas do Rio de Janeiro. Data: 30 de março de 2001. Local: Rio de Janeiro/RJ.

8.2.14. Evento: Evento Comemorativo dos 30 anos do Tribunal de Contas da Paraíba, promovido pelo Tribunal de Contas da Paraíba. Data: 5 de abril de 2001. Local: João Pessoa/PB.

8.2.15. Evento: Congresso Brasileiro de Direito do Estado, promovido pelo CAJ e IDBA. Data: 25 a 27 de abril de 2001. Local: Salvador/BA.

8.2.16. Evento: II Congresso de Direito Público, promovido pelo IDAP. Data: 21 a 23 de maio de 2001. Local: São Paulo/SP.

8.2.17. Evento: I Encontro Norte-Nordeste de Juízes Federais da 1ª Região, promovido pelo TRF da 1ª Região. Data: 6 a 8 de junho de 2001. Local: São Luís/MA.

8.2.18. Evento: I Seminário de Direito do Trabalho, promovido pela Vara do Trabalho de N. S. da Glória/SE. Data: 14 a 16 de junho de 2001. Local: Parque Xingó/SE.

8.2.19. Evento: II CEP, promovido pelo CONFEA e CREA-SE. Data: 11 e 12 de julho de 2001. Local: Aracaju/SE.

8.2.20. Evento: XV Congresso Brasileiro de Direito Administrativo, promovido pelo IBDA. Data: 22 a 24 de agosto de 2001. Local: Curitiba/PR.

8.2.21. Evento: VI Encontro Regional da Advocacia da União, promovido pela AGU. Data: 27 a 31 de agosto de 2001. Local: Aracaju/SE.

8.2.22. Evento: I Congresso Nordestino de Administração Municipal. Data: 13 e 14 de setembro de 2001. Local: Aracaju/SE.

8.2.23. Palestra: Constitucionalização do Direito Civil. Evento: III Simpósio Transnacional de Estudos Científicos. Data: 20/03/2002 Local: São Cristóvão/SE

8.2.24. Palestra: A Constituição Brasileira e suas constantes reformas. Evento: II Congresso sergipano de Direito e Processo do Trabalho. Data: 04/04/2002 Local: Aracaju/SE

8.2.25. Palestra: As prerrogativas processuais do Poder Público em Juízo. Evento: II Congresso Brasileiro de Direito do Estado. Data: 24/04/2002 Local: Salvador/BA.

8.2.26. Palestra: O novo perfil da advocacia pública. Evento: II Simpósio da Defensoria Pública do estado de Sergipe. Data: 17/05/2002 Local: Aracaju/SE.

8.2.27. Palestra: O princípio constitucional da dignidade da pessoa humana. Evento: II Seminário A CODEVASF e o meio ambiente. Data: 07/06/2002 Local: Aracaju/SE.

8.2.28. Palestra: O princípio constitucional da dignidade da pessoa humana. Evento: I Congresso do Nordeste Brasileiro em Direito. Data: 07/06/2002 Local: Aracaju/SE.

8.2.29. Palestra: Qualidade dos serviços e tarifas médicas: conceitos jurídicos indeterminados. Evento: IV Congresso da Associação de Direito Público do Mercosul. Data: 12/06/2002 Local: Curitiba/PR

8.2.30. Palestra: A participação da Sociedade e da Cidadania na formulação de políticas públicas e na defesa da constituição. Evento: 1º Congresso de Direito Constitucional da ABCD. Data: 14/06/2002 Local: Campos do Jordão/SP.

8.2.31. Palestra: Lei de responsabilidade fiscal frente à constituição. Evento: III Conferência Estadual dos Advogados de Sergipe. Data: 09/08/2002 Local: Aracaju/SE.

8.2.32. Palestra: Os Tribunais de Contas e as transformações no controle da administração pública. Evento: I Fórum Brasileiro sobre a reforma do Estado. Data: 16/08/2002 Local: Salvador/BA.

8.2.33. Palestra: A ordem jurídica e a centralidade da Constituição. Evento: II Semana Jurídica Nacional da UNIT. Os rumos do Direito no Século XXI. Data: 22/08/2002 Local: Aracaju/SE.

8.2.34. Palestra: Serviços públicos municipais: qualidade, gestão e responsabilidade: desafios para um novo modelo de Administração Pública. Evento: XXVIII Encontro Nacional de Procuradores Municipais. Data: 29/08/2002 Local: Natal/RN.

9. Participação em bancas de mestrado

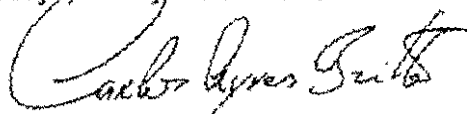
9.1. Faculdade de Direito da Universidade Federal do Paraná, ano de 2002.

9.2. Faculdade de Direito da Universidade Federal da Bahia (ano de 1999).

9.3. Faculdade de Direito da Universidade Federal de Sergipe (anos de 2001/2002).

9.4. Faculdade de Direito da Universidade Federal do Ceará (anos de 2001/2002), em convênio com a Universidade Federal de Sergipe.

Aracaju, 9 de janeiro 2003



Handwritten signature of Carlos Ayres Brito.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



ESTADO DE SERGIPE

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA

INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO

MAO-DOADOR DE

ÓRGÃOS/TECIDOS

Carlos Augusto Alves de Brito Brito

ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

LEI Nº 7.110 DE 20/09/63

001.722.005-69

CART. Nº 02 DE DIST. DE COM. DE MANGABEIRAS

CT. CASAR. Nº 1950.14.1.61.11.11

PROPRIETÁRIO

DATA DE NASCIMENTO

10/11/1952

JOÃO FERNANDO DE BRITO

DATA DE NASCIMENTO

10/11/1952

6667/60/51

2.ª VIA

6667-60-51

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

Aviso nº 384 - Supar/C. Civil.

Brasília, 7 de maio de 2003.


A Sua Excelência o Senhor
Senador ROMEU TUMA
Primeiro Secretário do Senado Federal

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual o Excelentíssimo Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor CARLOS AUGUSTO AYRES DE FREITAS BRITTO para exercer o cargo de Ministro do Supremo Tribunal Federal.

Atenciosamente,


JOSÉ DIRCEU DE OLIVEIRA E SILVA
Ministro de Estado Chefe da Casa Civil
da Presidência da República